

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 156/XII/ 4.ª SL

Aos 18 dias do mês de novembro de 2014, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações.
2. Pedido do Presidente da República de assentimento da Assembleia da República à sua deslocação aos Emirados Árabes Unidos nos dias 25 a 28 do corrente, em Visita Oficial.
3. Apresentação e apreciação do Relatório da participação da Assembleia da República na 8.ª ASEP - 6 e 7 outubro 2014 em Roma;
Deputada Carla Cruz (PCP)
4. Distribuição de iniciativas:
 - Proposta de Resolução nº 98/XII/4ª - "Aprova o Acordo relativo ao Tribunal Unificado de Patentes, assinado em Bruxelas, em 19 de fevereiro de 2013" (PS).
5. Apreciação de Pareceres:
 - Proposta de Resolução nº 91/XII/4ª - "Aprova o Protocolo Adicional à Convenção Penal sobre a Corrupção do Conselho da Europa, adotado em Estrasburgo, em 15 de maio de 2003";
Deputada Autora do Parecer: Carla Cruz (PCP)
 - Proposta de Resolução nº 97/XII/4ª - "Aprova a Convenção do Trabalho Marítimo, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua 94.ª sessão, em Genebra, a 23 de fevereiro de 2006"
Deputado Autor do Parecer: Feliciano Barreiras Duarte (PSD).
6. Outros assuntos.

1. Informações.

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, deu início à reunião começando por informar que a Comissão recebeu do Gabinete de S. Exa a PAR o pedido de cedência do Auditório do Edifício Novo, para fevereiro de 2015, no quadro das cerimónias de

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 156/XII/ 4.^a SL

homenagem à Casa dos Estudantes do Império, apresentado pelo Dr. Vítor Ramalho, Secretário-geral da União das Cidades Capitais da Língua Portuguesa (UCCLA). O Sr. Presidente considerou que se justificava plenamente a cedência daquele espaço para esta iniciativa no que foi secundado pelos restantes membros da Comissão. O parecer da Comissão irá assim, em conformidade, ser transmitido ao GABPAR. O Sr. Presidente prosseguiu referindo que embora já tenha sido indicado o Deputado José Lino Ramos (CDS-PP) para participar na reunião da Comissão AFET, que se realiza nos dias 1 e 2 de dezembro, no Parlamento Europeu, sobre a PESC e o alargamento da UE, deverá ser indicado outro membro da Comissão, pois ao contrário da reunião anterior, devido aos temas em agenda, a Comissão de Defesa Nacional não se fará representar. De acordo com os critérios fixados pela Comissão, caberá ao grupo parlamentar do PSD indicar representante para participar. Quanto ao agendamento na especialidade da Proposta de lei 243/XII/3^a - *Procede à primeira alteração à Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro, que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas* foi deliberado constituir grupo de trabalho, presidido pelo Sr. Deputado Carlos Alberto Gonçalves. Os grupos parlamentares indicarão até ao final do dia de hoje os membros que integrarão o grupo de trabalho que, logo que conclua a apreciação na especialidade, trará o texto à reunião da Comissão.

2. Pedido do Presidente da República de assentimento da Assembleia da República à sua deslocação aos Emirados Árabes Unidos nos dias 25 a 28 do corrente, em Visita Oficial.

O Sr. Presidente apresentou o pedido de assentimento para ausência do Sr. Presidente da República para deslocação aos Emirados Árabes Unidos nos dias 25 a 28 do corrente, em visita oficial, e respetivo parecer que, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.

3. Apresentação e apreciação do Relatório da participação da Assembleia da República na 8.^a ASEP - 6 e 7 outubro 2014 em Roma;

A Sr.^a Deputada Carla Cruz (PCP) apresentou o Relatório, começando por referir que estiveram presentes representantes de 36 Parlamentos. A sessão de abertura foi presidida pela Vice-Presidente da Câmara dos Deputados do Parlamento Italiano, Deputada Marina Sereni, que deu as boas-vindas aos participantes e passou

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 156/XII/ 4.ª SL

imediatamente para apreciação da agenda que foi aprovada. No segundo dia, os trabalhos foram divididos em duas partes. Na primeira parte foram constituídos dois painéis: Painel 1 – subordinado ao tema “*Economic and financial governance structures*” e painel 2 – designado de “*Sustainable growth and food security*”. Na segunda parte decorreu uma reunião geral para apresentação das principais conclusões dos painéis e aprovação da declaração da 8ª ASEP. A participação portuguesa ocorreu no painel 1, que se debruçou sobre as questões económicas e financeiras e as principais medidas políticas e económicas que têm sido adotadas pelos diferentes Estados europeus e asiáticos para enfrentarem os desafios que a crise económica e financeira colocou a estes países. Na sessão de encerramento da 8ª ASEP foi salientada a necessidade do reforço das relações entre a Europa e a Ásia, e de como este tipo de encontros podem ser usados para o aprofundamento das relações bi e multilaterais entre os países da UE e da Ásia.

O Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD) agradeceu a objetividade do relatório e da respetiva apresentação.

4. Distribuição de iniciativas:

- Proposta de Resolução nº 98/XII/4ª - "Aprova o Acordo relativo ao Tribunal Unificado de Patentes, assinado em Bruxelas, em 19 de fevereiro de 2013".

Cabendo ao grupo parlamentar do PS a indicação de Relator, foi indicada a Sr.ª Deputada Gabriela Canavilhas.

5. Apreciação de Pareceres:

- Proposta de Resolução nº 91/XII/4ª - "Aprova o Protocolo Adicional à Convenção Penal sobre a Corrupção do Conselho da Europa, adotado em Estrasburgo, em 15 de maio de 2003";

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) apresentou o parecer começando por assinalar que Portugal é, desde maio de 2002, parte da Convenção Penal sobre a Corrupção, adotada pelo Conselho da Europa em 1999. Na exposição de motivos da Proposta de Resolução é referido que foi a necessidade de intensificar a prevenção e o combate à corrupção e de haver uma abordagem global e multidisciplinar, assim como de ser feito o reforço da cooperação interna, entre todos os atores nacionais e internacionais que estiveram na génese da celebração do Protocolo Adicional à Convenção sobre a

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 156/XII/ 4.ª SL

Corrupção. Prosseguiu referindo que a aprovação pela Assembleia da República conclui e consubstancia um requisito do direito interno e constitui mais um elemento no combate à corrupção. Importa fazer o diagnóstico, identificar os problemas, detetar os estrangulamentos, as disfunções e as insuficiências dos mecanismos legais e práticos de combate à corrupção e, depois de concluído o diagnóstico, importa agir e resolver os problemas encontrando soluções. Referiu ainda que compete a cada uma das Partes criar os mecanismos e disponibilizar os meios que permitam um eficaz combate à corrupção mas, igualmente, implementar métodos de prevenção e deteção atempada destes atos e concluiu a apresentação considerando que esta iniciativa está em condições de ser votada no Plenário da Assembleia da República.

A Sr.ª Deputada Carina Oliveira (PSD) agradeceu o relatório que considerou muito factual e relembrou que esta proposta de resolução já tinha sido apresentada na legislatura anterior tendo entretanto caducado em virtude da dissolução da Assembleia da República.

A Sr.ª Deputada Maria de Belém (PS) saudou a Sr.ª Deputada Relatora e referiu que Portugal tem beneficiado muito da sua participação no Conselho da Europa. A luta contra a corrupção é uma das áreas em que o Conselho tem desenvolvido um trabalho intenso e reconhecido e dirigido ultimamente contra o planeamento fiscal que é uma forma de evasão fiscal. Acompanha a Sr.ª Relatora quando defende que é absolutamente indispensável abordar esta questão pela área da prevenção. É também muito importante a formação especializada e mais ajustada à permanente sofisticação dos envolvidos neste tipo de atividades. Concluiu considerando que a lei é o mais fácil de fazer.

Submetido a votação, foi o parecer aprovado por unanimidade registando-se a ausência do BE.

- Proposta de Resolução nº 97/XII/4ª - "Aprova a Convenção do Trabalho Marítimo, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua 94.ª sessão, em Genebra, a 23 de fevereiro de 2006"

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 156/XII/ 4.ª SL

O Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD) apresentou o parecer referindo que a Convenção do Trabalho Marítimo da OIT, conhecida pelo acrónimo MLC 2006, vem reunir num só instrumento jurídico a quase totalidade das convenções e recomendações adotadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) desde 1920 (cerca de 37) no que diz respeito ao trabalho marítimo. Em agosto de 2012, com a ratificação pela Federação Russa e pelas Filipinas, atingiram-se as 30 ratificações necessárias, sendo que as frotas combinadas destes países totalizam quase 60% da arqueação bruta da frota mercante mundial, ultrapassando largamente o requisito de 33% estabelecido na Convenção. Isto permitiu que a Convenção viesse a entrar em vigor em Agosto de 2013. Este instrumento jurídico assume-se como uma nova “carta dos direitos”, garantindo a proteção dos cerca de 1,5 milhões de trabalhadores marítimos em todo o mundo, bem como condições equitativas para os armadores. Atendendo a que ainda não foi possível concluir o processo de ratificação da citada convenção e implementar a respetiva regulamentação em Portugal, os Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território publicaram, em maio de 2013, a Portaria conjunta 293/2013 relativa à implementação das disposições da Convenção do Trabalho Marítimo, 2006 (MLC 2006). Concluiu a apresentação referindo que Portugal, ao ratificar, estará a entrar no núcleo de países que incluíram no seu ordenamento jurídico, a sua observância. O que é claramente positivo.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) agradeceu o relatório e a apresentação feita, salientou o número de trabalhadores que a nível mundial são abrangidos por esta Convenção que vem reunir num só instrumento jurídico a quase totalidade das convenções e recomendações adotadas pela Organização Internacional do Trabalho e salientou a importância da proteção destes trabalhadores.

Submetido a votação, foi o parecer aprovado por unanimidade registando-se a ausência do BE.

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 16:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 156/XII/ 4.ª SL

Palácio de São Bento, 19 novembro 2014.

O PRESIDENTE

(SÉRGIO SOUSA PINTO)



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 156/XII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Carina Oliveira
Carla Cruz
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Celeste Correia
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Lobo D' Ávila
Glória Araújo
Helena Pinto
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Mário Magalhães
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto